

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.275 - RJ (2019/0297235-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LEONARDO FERRAZ CUERCI
ADVOGADO : LEONARDO FERRAZ CUERCI - RJ0200772
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : IAGO SANCHES CARDOSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de IAGO SANCHES CARDOSO contra ato de Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC nº 024401-64.2019.8.19.0001).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 25/9/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso IV da Lei nº 10.826/03, tendo a prisão sido convertida em preventiva.

Buscando a revogação da custódia, a defesa impetrou a ordem originária, cuja liminar foi indeferida pelo Desembargador Relator (e-STJ fls. 52/54).

Alega a defesa, no presente *writ*, que houve violação do domicílio do paciente sem autorização judicial, de modo que o flagrante seria nulo.

Afirma, por outro lado, que o acusado é primário, com atividade lícita, residência fixa e filho de 3 anos de idade que dele depende exclusivamente. Ressalta que não se trata de delito grave. Defende que não foram apresentados fundamentos idôneos para a prisão, mas apenas menções à gravidade abstrata do delito. Além disso, sustenta que a segregação agride o princípio da homogeneidade.

Requer, assim, a expedição de alvará de soltura, se for o caso cumulado com medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.

2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Superior Tribunal de Justiça

No caso, verifica-se que o *decisum* apresenta fundamentação suficiente e idônea a afastar a alegação, neste momento, de manifesta ilegalidade que justificasse a superação do enunciado sumular, notadamente se considerado o que foi enfatizado pelo Tribunal *a quo*, no seguinte sentido (e-STJ fls. 52/54):

*Entretanto, enfrento o pedido de forma sucinta, apontando, desde Já, que não vislumbro a plausibilidade do pedido, não havendo que se falar, a princípio, em ilegalidade da prova, porquanto **inconteste a situação de flagrância**, o que, na linha de parte da doutrina e jurisprudência (ressalva deste Desembargador), **por si só, autoriza o ingresso na residência sem ordem Judicial**.*

Apenas assevero, nesse momento, que adoto posição doutrinária de que o ingresso reclama prévia investigação, o que parece ter ocorrido no caso presente, como se vê do relatório da autoridade policial.

*Ademais, neste momento, pelos elementos carreados pelo próprio impetrante, penso que a conversão operada se justifica, **mormente em razão da gravidade em concreto do fato, sendo o paciente apontado como envolvido com a milícia da localidade**, tanto assim que a diligência foi realizada peia DRACO, responsável peia investigação de grupos milicianos.*

Ademais, a questão posta em exame – acerca da razoabilidade do decreto preventivo - demanda averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, no momento adequado.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do Enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

